

Por que(m) ensinar geografia hoje?

Flaviana Gasparotti Nunes

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

flaviananunes@ufgd.edu.br

Início este texto desculpendo-me com o(a) leitor(a) não brasileiro(a). Neste momento, não foi possível deixar de lado a grave situação vivenciada no Brasil no que se refere aos ataques aos direitos e garantias democráticas, por isso, a breve reflexão aqui realizada foi motivada, em grande parte, pelo cenário político brasileiro atual e suas consequências para a educação, destacando, neste contexto, a Geografia. Assim, a intenção aqui é destacar a importância do conhecimento geográfico para que possamos melhor nos “localizar” neste processo.

A Geografia enquanto conhecimento científico e disciplina escolar tem sua origem e desenvolvimento bastante ligados ao Estado Nação. Em se tratando da Geografia escolar, essa relação configurou-se por meio da contribuição dessa disciplina, junto à História, para a disseminação de uma ideologia comprometida com o nacionalismo patriótico. Nos dizeres de Santos (2016, p. 18):

[...] a escola, tal como a conhecemos, surge na Europa no século XVII acompanhando o movimento de constituição da sociedade fabril, vale considerar que a presença da Geografia como disciplina escolar remonta a esse mesmo período e terá por objetivo articular duas escalas de pertencimento que se inter-relacionam: no âmbito do Estado nacional, fazendo apologia à sua existência, e junto à História, procurando construir um sentido identitário às diversas etnias que o compunham; e no âmbito planetário, apresentando o palco das relações e da consolidação da fase fabril do capitalismo que se constituía.

As ideias de contestação a esse papel assumido pela Geografia escolar disseminaram-se a partir dos anos 1970 no contexto europeu, sobretudo na França¹ e, impulsionaram e influenciaram o movimento de renovação da Geografia e do seu ensino no Brasil. O chamado movimento da Geografia Crítica constituiu-se também no cenário de profundas críticas de diversos setores da sociedade em relação ao autoritarismo do regime militar e de reivindicações pela abertura democrática no Brasil.

Passadas mais de três décadas do movimento de renovação do ensino de Geografia, tem-se um conjunto de produções tais como propostas curriculares, livros, materiais didáticos, entre outros, que são de fundamental importância para o avanço das reflexões em torno do papel da Geografia como disciplina escolar. Por outro lado, diversos autores têm observado “[...] os modestos efeitos na prática de ensino dos professores de Geografia, comparados com os questionamentos, análises e propostas ‘renovadas’ feitas em nível teórico, e a reflexão dessa prática a partir de uma referência pedagógico-didática também incipiente.” (CAVALCANTI, 2007, p. 21)².

¹Yves Lacoste, Pierre George e Jean Tricart foram geógrafos franceses que defenderam a necessidade de se politizar de maneira explícita o discurso geográfico, combatendo a noção de neutralidade científica, pois isso fazia da Geografia um discurso a serviço dos detentores do poder militar e econômico.

²Não entraremos aqui na discussão sobre os motivos que teriam levado a chamada Geografia Crítica a produzir modestos efeitos ou mudanças nas práticas de ensino, pois esse não é nosso objetivo neste texto.

Diante da trajetória da Geografia como disciplina escolar e considerando o atual contexto social, político e econômico mundial, propomos pensar sobre sua relevância e função como conhecimento escolar. Não podemos deixar de considerar e mencionar, neste contexto, alguns movimentos baseados em ideias conservadoras e fundamentalistas que têm se expressado em diversos países como o Brasil e que trazem implicações diretas nas concepções e formas de organização da educação escolar e demandam um posicionamento daqueles que produzem o conhecimento geográfico, sobretudo na escola³.

Inserida nos currículos por interesses ligados ao Estado, a Geografia foi redefinindo sua função como disciplina escolar no sentido de contribuir para a formação mais ampla dos sujeitos. Santos (2016, p. 21) afirma que:

[...] a Geografia escolar vai, paulatinamente, deixando de se restringir a estimular a identificação dos lugares pelos seus formatos (as paisagens e suas descrições) ou ordenações (territórios e mapas) e, a partir desses parâmetros, procurará alcançar a premissa de que o reconhecimento pressupõe o entendimento dos processos que criam e dão sustentação às identidades que, nas mais variadas escalas associam as pessoas, os grupos, as nações e, até mesmo as civilizações, aos lugares que creem lhes pertencer. [...]

Assim, é imperioso, neste momento, que (re)afirmemos a importância do conhecimento geográfico para contextualizar os fenômenos do mundo que dão dinâmicas aos lugares, compreender suas relações escalares, problematizar o jogo de forças de uniformização e de resistência e articular linguagens para ler e produzir sentidos. Neste sentido, é fundamental que os estudantes da educação básica compreendam as relações sociais em que se inserem e a correlação de forças presente nessas relações, bem como construam perspectivas de ação. Isso contribuirá para que possam se localizar e se orientar no mundo.

Ensinar Geografia hoje pressupõe desenvolver pensamentos e reflexões sobre a espacialidade do mundo vivenciada cotidianamente nos lugares, não só para compreender a correlações de forças presentes nas relações nas quais estamos inseridos, mas principalmente para construirmos perspectivas de ação e resistência frente a elas. O conhecimento geográfico, sobretudo escolar, que já foi um instrumento ideológico de Estado, deve ser pensado, cada vez mais, na dimensão de seu potencial para a leitura, compreensão e intervenção na dinâmica socioespacial.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 2007.

SANTOS, Douglas. **O ensino de Geografia e o direito à escola e ao conhecimento**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/douglassantos25/docs/ensino_da_geografia

DUTRA, Cláudia; MORENO, Camila. **Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação**. Carta Capital, 08/08/16. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>

³Nos referimos, principalmente, aos movimentos que defendem que à escola não cabe o desenvolvimento do pensamento crítico e politicamente contextualizado a exemplo de projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado brasileiro denominados Programa Escola Sem Partido. Esses projetos visam, em linhas gerais, eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar e restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento. Trata-se de uma elaboração que contraria o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como o da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, considerando como válidos determinados conteúdos que servem à manutenção do *status quo* e como doutrinários aqueles que representam uma visão crítica. (DUTRA; MORENO, 2016)